

DIÓGENES CANÁRIO MOREIRA

**IMPORTÂNCIA ECONÔMICO-SOCIAL DO COCO BABAÇU PARA AS
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO MARANHÃO**

Trabalho apresentado para obtenção parcial do título em Gestão Florestal no curso de Pós-Graduação em Gestão Florestal do Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Dra. Mariângela Alice Pieruccini Souza

CURITIBA

2013

AGRADECIMENTOS

A

Meus pais, Epaminondas do Nascimento Moreira e Antônia Canário Moreira pela educação e os ensinamentos durante minha vida.

Cláudia Ribeiro Canário
pelo companheirismo e força de vontade.

Universidade Federal do Paraná
pela possibilidade de participar de um excelente curso.

Dra. Mariângela Alice Pieruccini Souza
pelas orientações e dicas imprescindíveis a este trabalho.

LISTAS

FIGURA 1. Corte transversal do babaçu, apresentando as variações na quantidades de amêndoas.	12
FIGURA 2. Babaçuais no interior do Estado do Maranhão.	13
FIGURA 3. Subproduto do Babaçu – óleo.	14
FIGURA 4. Sabão produzido a partir do Coco Babaçu.	15
FIGURA 5. Subproduto do Babaçu – carvão.	15
FIGURA 6. Artesanato proveniente do Coco Babaçu.	16
FIGURA 7. Localização geográfica da área de estudo – RESEX do Ciriaco.	17
FIGURA 8. Localização geográfica da área de estudo – RESEX do Ciriaco.	17
FIGURA 9. Famílias reunidas em torno da quebra do coco.	22

RESUMO

O presente trabalho abordou a realidade vivenciada pelas comunidades tradicionais do interior do estado do Maranhão, enfatizando o extrativismo vegetal do coco babaçu (*Orbignya sp.*) A análise considerou o processo histórico de utilização da palmácea, sua relação com a vida das famílias quebradeiras de coco e sua importância como fonte geradora de renda. Demonstrou-se ainda a estagnação econômica do setor pela falta de investimentos em tecnologia e conhecimento técnico-científico e a subutilização do produto na formação de novos mercados. Os resultados mostraram a importância da utilização do babaçu como método extrativista sustentável e capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida de muitas famílias através do processamento adequado da palmácea.

Palavras-chave: *Orbignya sp.*, comunidades tradicionais, subprodutos do babaçu.

ABSTRACT

This study has addressed the reality experienced by the countryside communities in the state of Maranhão, through the extraction of babassu coconut (*Orbignya* sp.). The analysis considered the historical process of utilization of the *palmácea*, its relationship with the way of life of the babassu coconut breakers' families, and the importance of this process as an important economic source. It has also revealed the economic stagnation of the sector because of the lack of investment in technology and scientific-technical knowledge besides the underutilization of the product for the formation of new markets. The results have showed the importance of the use of the babassu coconut as a sustainable extractive method capable to change the life condition of many families through the right use of the *palmácea*.

Key words: *Orbignya* sp, countryside communities, byproduct of babassu.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	7
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 Objetivo geral	9
1.2.2 Objetivos específicos	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
2.1 ECONOMIA EXTRATIVISTA E SUSTENTABILIDADE	10
2.2 BABAÇU: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	11
2.3 OS SUBPRODUTOS DO BABAÇU	13
2.3.1 Óleo de Babaçu	14
2.3.2 Carvão	15
2.3.3 Mesocarpo de Babaçu	16
2.3.4 Artesanatos	16
3 MATERIAL E MÉTODOS	17
3.1 ÁREA DE ESTUDO	17
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PROPOSTOS E FONTE DE DADOS	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1 IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DOS BABAÇUAIS PARA A GERAÇÃO DE DIVISAS PARA AS COMUNIDADES	19
4.2 EXPLORAÇÃO DO COCO BABAÇU COMO MEIO EXTRATIVISTA SUSTENTÁVEL	20
4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS SUBPRODUTOS DO COCO BABAÇU COMO FONTE DE AGREGAÇÃO DE VALOR AO PRODUTO	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
6 REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

A região compreendida entre os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins é considerada a de maior concentração de oleaginosas do mundo e fonte da maior produção extrativista vegetal, produzindo, em 2005 111.730 toneladas no Maranhão, 5.562 no Piauí e 967 no Tocantins (DESER, 2007). Nesse sentido, têm destaque os cocais de babaçu, considerado a maior fonte mundial de óleo silvestre para uso doméstico, tendo utilização industrial em perfumaria, saboaria e lubrificação.

No estado do Maranhão o início das atividades extrativistas com o babaçu se deu a partir do declínio da exportação do algodão ainda no século XVIII para os Estados Unidos. Teve seu auge entre as décadas de 60 a 80, quando mais de cinquenta indústrias de processamento do coco se instalaram no Estado, com o objetivo de extraírem óleos láuricos, essenciais para a indústria farmacêutica, e de óleo comestível.

Segundo Alves (1984), o babaçu é um dos principais produtos extrativistas do Brasil, contribuindo, de maneira significativa, para a economia de alguns estados da federação. Por sua importância para as comunidades tradicionais, estruturou-se uma estratégia nacional visando o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, focada na solução dos gargalos da cadeia produtiva, para seu fortalecimento e consolidação.

Há que se acrescentar que a exploração sustentável do coco babaçu, sob o ponto de vista econômico, social e ambiental tem se mostrado uma atividade de suma importância para a sobrevivência de muitas famílias do interior do Estado do Maranhão. A palmácea, ícone presente em todas as estruturas das comunidades, além de ser a principal fonte geradora de emprego e renda nas regiões mais carentes do Estado, com a comercialização do palmito, das amêndoas, do mesocarpo do fruto, do carvão, da palha e dos inúmeros subprodutos advindos do processamento da planta, também é matéria-prima na construção das vilas onde moram essas famílias tradicionais.

A exploração do babaçu há muito é negligenciada em âmbito regional e a exploração dos recursos e subprodutos dessa palmácea pouco se desenvolveu como

possibilidade de geração de emprego e renda às comunidades do interior do Maranhão; fato que até meados dos anos 2010, tem suas marcas traçadas tanto pela desigualdade social quanto pela falta de perspectivas das famílias quebradeiras de coco.

O trabalho, culturalmente desenvolvido por mulheres e crianças, tem sofrido com a falta de iniciativas que estruturam a atividade e por ainda estar alicerçado em tecnologias ultrapassadas. Nesse sentido, muitas comunidades não conseguem absorver novas ideias que têm surgido a fim de potencializar a cadeia produtiva e a comercialização do babaçu e seus subprodutos.

Essas novas ideias, desenvolvidas por estratégias de *marketing* tem colocado em destaque o valor sustentável e cultural da exploração do babaçu, permitindo que seus produtos e subprodutos insiram-se num mercado altamente restrito, mas em crescimento, de produtos oriundos da natureza viva, nos grandes centros urbanos, conseguindo, inclusive, posição de destaque, agregando valor e reconhecimento de um trabalho regionalizado. Nesse sentido, a exploração econômica do babaçu, pode vincular-se à economia cultural, como parte de um legado histórico e de manutenção do patrimônio cultural e artesanal das comunidades locais, obtendo, ainda, novas possibilidades para a agregação de valor à sua cadeia produtiva.

Entretanto, poucas são as localidades que aderiram a essas novas estratégias de divulgação da cadeia produtiva do coco babaçu. Esforços estão sendo feitos por algumas comunidades através de cooperativas – Movimento Interestadual das Quebradeiras do Coco Babaçu e a Cooperativa da Reserva do Ciriaco, ambas com sede no Maranhão –, apoiadas em instituições como o SEBRAE, na tentativa de reverter a realidade vivenciada em torno da exploração do babaçu.

Contudo, o que se observa é que o maior percentual da comunidade extrativista, não conhece ou, ainda, não foi absorvida por essas estratégias comerciais, corroborando o status do produto: com menor importância econômica e social entre outras atividades produtivas do Estado.

Muitos outros fatores interferem no crescimento da atividade. Além do conhecimento para a exploração e comercialização do produto ser pouco disseminado entre as comunidades, outras atividades produtivas tem tomado posse do espaço da atividade, literalmente.

Apesar da importância do babaçu para muitas famílias, grande parte das matas cobertas pela palmeira tem sido derrubadas, dando vez a pastos e a cultivos anuais. Mesmo a legislação ambiental estadual proibindo a supressão do babaçu, é comum ver ações de fazendeiros e empresas rurais, indiscriminadamente, devastando os babaçuais por todo o Maranhão. Tal situação tem sido motivo de lutas constantes pelas quebradeiras de coco.

Nesse sentido, procura-se apresentar, neste trabalho, as várias formas de processamento da referida palmeira, o comércio envolto da atividade, além de analisar os novos mercados, ditos sustentáveis como alternativas para inserção das comunidades distantes dessa nova realidade. Espera-se, portanto, que uma economia tida como marginal, passe a ter destaque dentro do processo produtivo sustentável.

Dessa forma, o presente estudo justifica-se por destacar a importância da economia extrativista do babaçu para as comunidades tradicionais do estado do Maranhão, bem como demonstrar o seu potencial mercadológico bem como seus subprodutos entre todos os seus agentes – desde os extrativistas até as farmacêuticas multinacionais

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Destacar a importância social e econômica dos babaçuais, desde o consumo local até seu processamento industrial, para a manutenção cultural e a geração de renda para as comunidades tradicionais do interior do Estado do Maranhão.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a importância da manutenção dos babaçuais para a geração e divisas para as comunidades;
- Destacar a exploração do coco babaçu como meio extrativista sustentável;
- Identificar os subprodutos do coco babaçu como fonte de agregação de valor ao produto e meio de expansão do nicho comercial do mesmo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ECONOMIA EXTRATIVISTA E SUSTENTABILIDADE

O modo de produção extrativista tem contribuído para a preservação de vastas áreas naturais de floresta no Brasil e no mundo (SIMONI, 2010). Com a expansão dos conceitos que adornam a sustentabilidade e com a valoração monetária do que seja interpretado como natural e artesanal, muitas comunidades tradicionais que trabalham nesta esfera têm propiciado a manutenção dos ecossistemas naturais, que são fontes das matérias-primas essenciais para este mercado.

Em contrapartida, nas últimas décadas os sistemas produtivos rurais têm sofrido intensa transformação com a inserção de metodologias capitalizadas, como a monocultura. Tal condição vem colocando em segundo plano o desenvolvimento de outros sistemas de uso da terra, como os que combinam diferentes modos de agricultura e pecuária, a exemplo do extrativismo, trazendo consequências socioambientais (MENDES, 2013).

Exemplo dessa condição ocorreu na região amazônica. Desde os primórdios de sua colonização, se observa uma intensa relação do homem com o meio que o cerca, onde grande parte das comunidades tradicionais sobrevive do que retiram da floresta. Essa relação é tão intensa que o meio chega a ser considerado cultura e, até mesmo, a própria vida local. Segundo Silveira (2009), a produção local, via artefatos e expressões culturais, extração e/ou cultivo de diversas plantas, associada a conhecimentos e práticas, são produtos intrínsecos aos modos de vida e à própria sobrevivência na floresta.

Entretanto, muitas comunidades tradicionais tem perdido sua identidade com o meio natural, visto que este, pelos grandes projetos agropecuários, tem sido substituído. Esse fator encontra-se relacionado diretamente com a estagnação econômica e baixo índice de desenvolvimento social em muitos estados brasileiros, como, por exemplo, no Maranhão. Nesse estado, em décadas passadas, muitas comunidades foram conduzidas ao manejo do babaçu por incentivo de alguns projetos estatais, mas a falta de investimento em tecnologia e em condições de trabalho levaram estas mesmas famílias a estagnação, ficando à mercê das demais atividades econômicas desenvolvidas no estado.

É inegável afirmar que o método econômico extrativista seria o mais viável para a manutenção da sustentabilidade. Contudo, também é sabido que este sistema pode tornar-se ineficiente, na medida em que possui dificuldades em suprir as demandas crescentes por seus produtos. Isso justifica a busca por produção em larga escala dos produtos essenciais, como arroz e milho, e mais recentemente de produtos nativos como já ocorre com guaraná, o cupuaçu e o açaí.

Entretanto, esse mesmo molde de mercado, voltado à comercialização de produtos em larga escala, em confluência com a disseminação positiva dos conceitos ditos “verde”, que atendem a uma clemente vanguarda pela preservação dos ambientes naturais, tem permitido que os produtos advindos do extrativismo sejam bastante valorizados. Cita-se como reflexo desta premissa os valores dos produtos ecologicamente corretos que, nesse caso, são mais robustos que os dos produtos “não-naturais”.

Observa-se, contudo, que o desenvolvimento da economia extrativista ainda é pouco disseminado e recebe investimentos relativamente incipientes. Notadamente, tem-se tal condição no estado do Maranhão, onde a principal matéria-prima da sustentabilidade local, o babaçu, não possui o respaldo necessário para seu desenvolvimento pleno, tanto em forma de conhecimento técnico-científico às comunidades que desenvolvem a atividade, quanto em investimentos empresariais em agroindústrias para beneficiamento da palmácea. Tal conjunto de fatores tem contribuído para a subutilização da mesma, sendo utilizada na maioria das vezes para sintetização de carvão ou óleo, perdendo o restante de suas potencialidades mercadológicas.

2.2 BABAÇU: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O babaçu é uma palmeira da espécie da família botânica *Aracaceae*. A área de ocorrência dos babaçuais predomina em zonas de várzeas, junto do vale dos rios e, eventualmente, em pequenas colinas e elevações (MIC, 1982). No Brasil, seu uso é bastante difundido na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado e na Caatinga, onde ocorre espontaneamente em vários estados. Tal palmeira é muito conhecida entre populações tradicionais brasileiras, sendo chamada também de coco-palmeira, coco-de-macaco, coco-pindoba, baguaçu, uauaçu, dentre outros nomes (CARRAZZA *et al.*, 2012).

A palmeira do babaçu chega a atingir 20 metros de altura com folhas de 6 metros de comprimento pouco arqueadas. Começa a dar frutos a partir do 8º ano de vida, mas alcança a produção máxima aos 15 anos, vivendo aproximadamente 35 anos. Seus frutos disponíveis em até seis cachos por palmeira, agrupados de 150 a 300 coco, podem ter entre duas a seis amêndoas em cada coco (figura 1).

Embora a safra do babaçu ocorra no território maranhense, entre os meses de setembro e março é possível colher o babaçu o ano inteiro devido à grande extensão e dispersão das florestas e resistência dos cocos ao tempo, os quais se encontram caídos aos pés das palmeiras (MDA, 2007 e 2009).



Figura 1. Corte transversal do babaçu, apresentando as variações na quantidades de amêndoas.

O Maranhão possui a maior concentração de babaçuais do país, distribuídos de forma descontínua em 10 milhões de hectares (COPENAT, 1981). Como Gonçalves Dias escrevera em seu poema “*Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá* [...]”. Maranhense de nascimento, já visualizava ao seu redor a imensidão dos babaçuais que preenchem o território do estado do Maranhão (Figura 2).



Figura 2. Babaçuais no interior do Estado do Maranhão

Nesse Estado, o processo de interiorização da população, apoiado no sistema econômico extrativista, viu na colheita do babaçu e no uso de suas diversas estruturas, uma forma eficaz para o estabelecimento das populações e da definição da atividade a ser desenvolvida. Valverde (1957) reforçava uma imagem de que o homem, à “sombra das palmeiras”, retira o seu sustento e de sua família. O mesmo denota ainda a notável adaptação do homem ao meio natural, a ponto de nada mais poder adquirir além do que aquilo que a natureza lhe oferecer.

2.3 OS SUBPRODUTOS DO BABAÇU

O babaçu possui uma característica ímpar em relação a muitas outras fontes de matéria-prima: dele se aproveita tudo. Segundo Neto (1999), o tronco é utilizado como viga nas construções das casas. As folhas para a cobertura das casas, cercas e fabricação de pequenos utensílios como cofos e abanos. Do coco retiram-se as amêndoas, usadas no fabrico do óleo conhecido como azeite, o mesocarpo onde se prepara uma farinha que tem propriedades médicas e a casca, empregada na produção de carvão. Tudo isso é utilizado no dia-a-dia das famílias.

Segundo o MDA (2009) já foram catalogados mais de 60 subprodutos provenientes do babaçu desde óleo, azeite e leite, para consumo *in natura* e para indústrias de alimentos, material de limpeza, higiene pessoal e cosméticos, além de carvão adubos e outros subprodutos.

2.3.1 Óleo de Babaçu

O esmagamento do coco babaçu produz dois tipos de óleos: um para fins comestíveis e outro para fins industriais (óleo láurico) (DESER, 2007). Para fins alimentares tem-se o azeite de coco, com potencial para concorrer com outros óleos vegetais. Já para fins industriais o óleo pode assumir várias características. É comumente empregado na fabricação de sabões, em substituição às gorduras de origem animal e mineral, e como matéria-prima para obtenção de tensoativos para fins industriais e cosméticos (fabricação de sabão, shampoo, loções para o corpo, etc.) (REVILLA, 2002).

Recentemente o óleo de coco babaçu tem ganhado destaque na produção de biocombustível. Segundo Nascimento *et al.* (2009) o óleo de coco babaçu (figura 3) possui características interessantes para a produção de biodiesel. Informações da literatura sobre a viabilidade econômica para a produção de energia a partir dos recursos da biomassa disponíveis no Brasil apontam o babaçu como uma possível fonte sustentável de biomassa para a geração de biocombustíveis (TEIXEIRA, 2005; TEIXEIRA e CARVALHO, 2007).

Artesanalmente, as cooperativas utilizam o óleo do babaçu na fabricação de sabão em barras, sabonetes, shampoos, azeites, dentre outros itens. Essa nova metodologia utilizada pelas populações tradicionais tem permitido uma maior agregação de valor aos seus produtos, bem como tem viabilizado a manutenção da exploração do coco babaçu. A figura 4, na sequência, mostra tais características de industrialização.



Figura 3. Subproduto do Babaçu – óleo.



Figura 4. Sabão produzido a partir do Coco Babaçu.

2.3.2 Carvão

Proveniente do endocarpo, o carvão de babaçu apresenta excelentes qualidades. O carvão de babaçu substitui, com grande vantagem, o carvão de madeira. Quando adequadamente obtido, o carvão de babaçu possui excelente qualidade quanto à sua pureza, poder calorífico e ausência de substâncias indesejáveis, tais como o enxofre (ZYLBERSZTAJN ,2000). O carvão de babaçu possui 80% de carbono fixo enquanto que o carvão de eucalipto e de floresta nativa possuem, respectivamente, 70% e 64% do elemento (ZYLBERSZTAJN, 2000).

O carvão tem sido um subproduto do babaçu com grande expressão comercial, favorecendo os ganhos financeiros das famílias locais. (Figura 5).



Figura 5. Subproduto do Babaçu – carvão.

2.3.3 Mesocarpo de Babaçu

O mesocarpo do babaçu é utilizado na alimentação humana, contendo propriedades químicas de grande valor nutricional. É obtida através da retirada do epicarpo e posterior desprendimento do mesocarpo para elaboração dos flocos.

2.3.4 Artesanatos

Diversos utensílios são derivados do babaçu. De cosméticos a itens de beleza femininos, muitos subprodutos podem ser derivados da elaboração do babaçu. Tal fatia comercial do coco tem possibilitado uma maior agregação de valor ao produto, permitindo que comunidades tradicionais se insiram em centros consumidores de todo o mundo. Isso tudo graças ao apelo sustentável e rústico que os produtos elaborados no Brasil possuem (Figura 6).



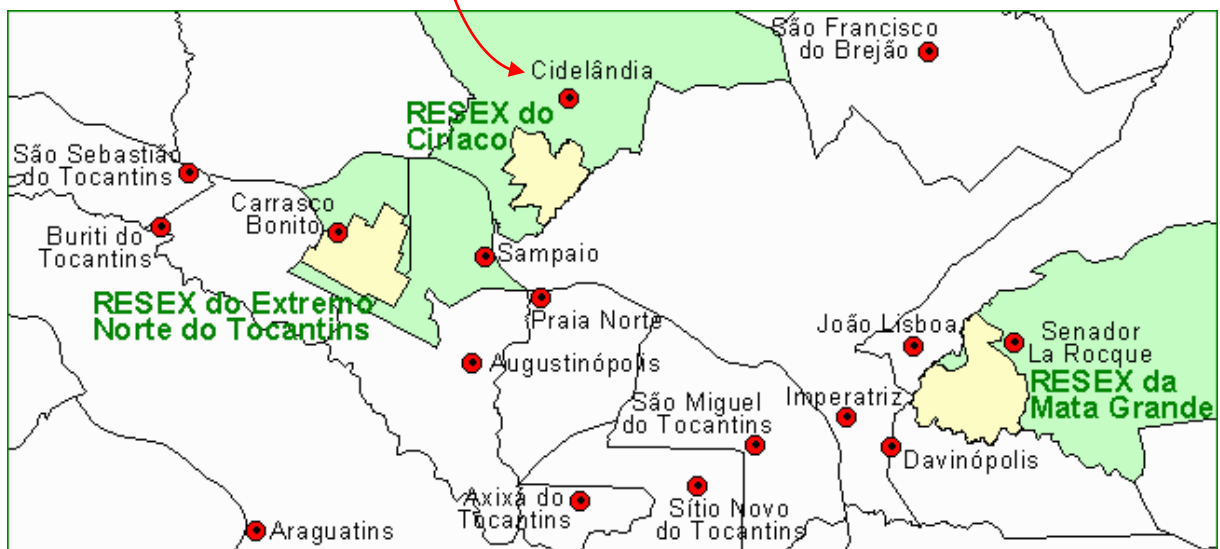
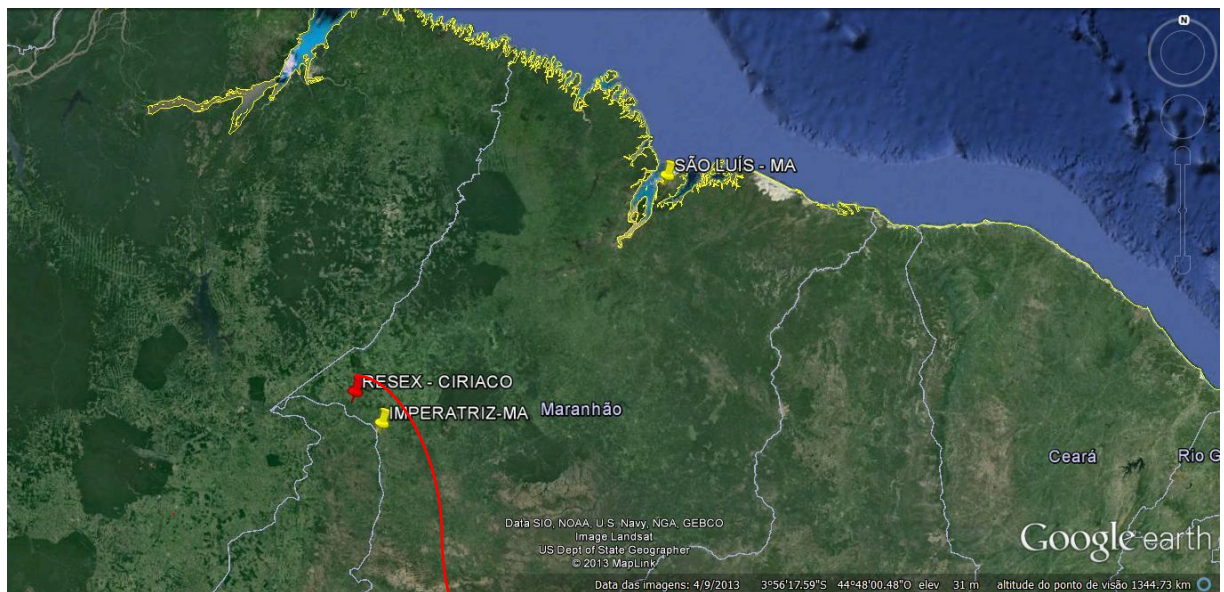
Figura 6. Artesanato proveniente do Coco Babaçu.

Nesse íterim, torna-se evidente a subutilização do babaçu, pelas famílias extrativistas. Percebe-se que na maioria das vezes a palmácea é utilizada apenas na sintetização do óleo e do carvão vegetal, sendo marginalizadas as demais capacidades de uso da matéria-prima, como apresentado anteriormente. Fator este, relacionado a priori pela falta de conhecimento do potencial mercadológico dos demais subprodutos, além dos insignificantes investimentos no setor.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O referido estudo foi realizado na comunidade da Reserva Extrativista do Ciriaco (figura 7), localizada no município de Cidelândia – Ma, distante 650 km da capital do Estado. Está localizada geograficamente com latitude de $5^{\circ} 14' 54''$ e longitude de $47^{\circ} 49' 8,40''$, possuindo altitude média de 150 metros acima do nível do mar.



Figuras 7. Localização geográfica da área de estudo – RESEX do Ciriaco.

O clima segundo a classificação de Koppen é do tipo (Am), tropical quente e úmido, com precipitações mal distribuídas, e duas estações: a chuvosa, que vai de dezembro a abril; e a seca, que vai de maio a novembro. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a média pluviométrica anual é de 1.463,5 mm, sendo a do mês mais chuvoso (março) de 279 mm e do mês mais seco (julho) de 6,4 mm. A temperatura média anual é de aproximadamente 26,4°C e a umidade relativa média do ar é de aproximadamente 90%.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PROPOSTOS E FONTE DE DADOS

Para estruturação da análise socioeconômica da comunidade foram realizadas pesquisas bibliográficas bem como entrevistas com membros da comunidade da Reserva Extrativista (RESEX) Ciriaco a fim de se conhecer a realidade aos olhos da própria comunidade, conseguindo assim um diagnóstico das perspectivas locais, que permitam compreender a importância social, econômica e cultural da extração do babaçu.

Os dados secundários utilizados foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), no que tange os fatores geográficos, climatológicos e da RESEX estudada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DOS BABAÇUAIS PARA A GERAÇÃO DE DIVISAS PARA AS COMUNIDADES

São distintas as fases de ocupação e exploração das regiões maranhenses. Especificamente em seu processo de ocupação a região do Ciriaco sofreu grandes mudanças produtivas. Os primeiros a desenvolverem alguma atividade foram os madeireiros na exploração dos recursos naturais da região denominada pré-Amazônia. Essa fase econômica teve seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980, acompanhadas pelas comunidades de baixa renda que viviam da subsistência a partir dos produtos e subprodutos do babaçu. A partir da metade da década de 1980 a principal atividade da região tornou-se a cultura do arroz e da criação de animais corte. Desde então, com a perda da vocação agrícola e empobrecimento dos solos, a pecuária ganhou destaque. Fator este decisivo para a redução das áreas cobertas pelos babaçuais.

Há que se acrescentar, ainda que a região é marcada por recentes conflitos agrários, com presença maciça de grandes propriedades rurais que tem na pecuária a sua principal atividade. A RESEX também está envolta pelo Projeto Grandis, da Empresa Suzano Papel e Celulose.

A partir de 2010, a região iniciou um eminente progresso econômico, através da implantação de uma fábrica de papel e celulose. Tal ocasião permitiu a aquisição de propriedades para implantação dos povoamentos florestais – ainda pela antiga CELMA (Celulose do Maranhão), posteriormente vendida à VALE e atualmente revendida à Suzano, gerando emprego e renda para a população local. Entretanto, as tradicionais atividades de coleta de coco babaçu ainda são mantidas pelas comunidades da região, com *status* de fortalecimento de suas atividades, a partir da especialização e organização dos agentes envolvidos ainda que sejam verificadas inúmeras dificuldades.

Nesse sentido, a senhora Cícera Alves da Silva, antiga quebradeira de coco, afirma, em seu depoimento, que a quebra do coco para sintetização do óleo já quase não mais acontece¹. Ainda segundo ela, “as mulheres já estão velhas e as

¹ Cícera Alves da Silva, Cidelândia - MA, 09 de março de 2013.

‘meninas’ não possuem coragem para quebrar o coco”. Na comunidade tem-se substituído a quebra do coco, pela queima e produção de carvão.

A cada dia a população tem se mostrado descontente com meio de vida extrativista local, visto a ausência de incentivos governamentais que permitam o desenvolvimento de atividades econômicas paralelas àquelas ligadas ao babaçu. Esse fato tem prejudicado uma melhor estruturação financeira da comunidade e a inserção de novas fontes de geração de divisas, visto que, grande parte dos que ali residem, já não mais se conformam com a exploração do babaçu como única fonte de recursos.

Observou-se também que a juventude, praticamente desligada das tradições, não percebe na exploração do babaçu uma fonte de geração de renda. A maioria destes migram para os aglomerados urbanos próximos à RESEX, principalmente para Imperatriz, na busca de novas oportunidades. Anderson da Costa, morador local, afirma que o projeto Ciriaco foi pensado para a família, mas não para os jovens.

A redução das áreas cobertas pela palmeira e a restrição do acesso ao coco imposto pelos latifúndios às famílias tradicionais tem permitido um afastamento das comunidades com suas tradições, além de tornar indisponível a matéria-prima essencial na geração de renda das comunidades.

Fatores históricos e culturais comprovam a intrínseca relação entre as comunidades e a palmeira. Tanto que se observa a presença desta na música, na crença, nas conversas diárias e utensílios do lar. Chega a se confundir a vida da planta à vida dessas pessoas. Nesse sentido, ao se reduzir das áreas com presença do coco, se reduz também a força de uma cultura local, conduzindo a comunidade à novas práticas econômicas divergentes das comumente vivenciadas, e ditas sustentáveis.

4.2 EXPLORAÇÃO DO COCO BABAÇU COMO MEIO EXTRATIVISTA SUSTENTÁVEL

A perspectiva de desenvolvimento econômico voltado à exploração do babaçu na RESEX do Ciriaco é bastante preocupante. Notou-se que as propriedades rurais vizinhas visualizam o babaçu como praga agropecuária que dizima as pindobas com a aplicação de agrotóxicos. Além disso, verifica-se a queima descontrolada das matas de babaçus pela própria comunidade. Esses são fatores que têm

desestruturado a tradição exploratória, e até mesmo desmotivado as famílias na busca de alternativas para a utilização do babaçu para geração de divisas.

Verificou-se, no entanto, uma forte tendência de produção de artesanato, mediante acompanhamento de instituições voltadas ao setor e apresentação de um mercado consumidor. Atuações recentes do SEBRAE, através de capacitações com *designers*, arquitetos e fotógrafos, em comunidades que tem no babaçu sua fonte de renda, permitiram um novo olhar para a palmácea. “Até então, olhávamos para a palmeira e enxergávamos só o azeite e o carvão. Agora temos a visão do artesanato mais elaborado, com *design*. Esse foi o diferencial”, relata Aline Cunha (Entrevista ao Portal G1, 20 de julho de 2013).

4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS SUBPRODUTOS DO COCO BABAÇU COMO FONTE DE AGREGAÇÃO DE VALOR AO PRODUTO

O processo de ocupação do território e a necessidade de exploração dos recursos naturais disponíveis fizeram com que as comunidades se atrelassem à atividade babaçueira. Ao longo dos anos, tais comunidades se engessaram, não conseguindo desenvolver outras atividades que substituíssem a quebra do coco e nem se tecnicaram a ponto de melhorar a produtividade da atividade bem como do seu ganho financeiro.

Nesse sentido, o GRUPO PENSA (2000), em sua pesquisa sobre a reorganização do agronegócio babaçu, relata que as décadas de 1960 ao início de 1980 constituíram-se no auge da economia babaçueira. Nesse período, 52 empresas de médio e de grande porte funcionavam no Maranhão produzindo óleo bruto e refinado para abastecimento das indústrias alimentícias e de higiene e limpeza no país e no exterior. A produção anual de óleo de babaçu girava em torno de 130 mil toneladas, sendo o principal item da pauta de exportação do Estado (ROCHA NETO, 1993).

A economia em torno da palmácea não vive mais tamanha grandiosidade. O volume de produção de óleo caiu menos da metade e o número de empresas de médio e grande porte reduziu-se a menos de uma dezena. Enquanto a estrutura industrial se alterou significativamente nas últimas duas décadas, a estrutura de produção do babaçu continuou fundamentada no sistema extrativista de coleta e

quebra do coco. A comercialização de amêndoas constitui-se em uma fonte de complementação de renda para as populações rurais do Estado do Maranhão.

A quebra do coco consiste em um trabalho árduo em que aproximadamente 300.000 mulheres obtêm fonte de renda principal ou complementar. Na maioria das vezes o coco é trocado nas quitandas localizadas nas comunidades por alimentos que não são produzidos na lavoura. A dificuldade em obter outras fontes de renda faz com que ao Sul do Estado do Maranhão e ao Norte do Estado do Tocantins encontrem-se quebradeiras que residem no meio urbano e que fazem a coleta de coco em babaçuais localizados em áreas privadas ou públicas (DESER, 2007).

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, dos 287 mil estabelecimentos agropecuários existentes no Maranhão pelo menos 39 mil declararam explorar o coco e/ou a amêndoa do babaçu, o que somou mais de R\$ 252 milhões na exploração dos babaçuais. Vale ressaltar que as quebradeiras de coco realizam uma atividade informal e bastante pulverizada no território. A grande maioria das mulheres não é proprietária das terras onde coleta coco, o que pode subestimar as estatísticas de produção nas pesquisas (ALMEIDA, 2005).

Por mais tradicional que seja a exploração do coco babaçu, podemos notar o quão forte é sua presença na vida das famílias tradicionais do Maranhão (figura 8). Além de se fazer presente nas casas, nos utensílios domésticos e na alimentação destas pessoas, é inquestionavelmente uma fonte geradora de divisas de grande potencial. De acordo com Ferreira (1999), no Maranhão 22% das famílias que trabalham com o babaçu dependem exclusivamente da atividade. Das demais, em 16% das famílias, o babaçu contribui com 70% da renda familiar, em 29% com 50% da renda e em 33% com até 30% da renda.



Figura 8. Famílias reunidas em torno da quebra do coco.

Atualmente tem-se observado uma certa mudança na cadeia produtiva do babaçu. No seu apogeu comercial, as grandes indústrias detinham a maior fatia dos ganhos oriundo com a comercialização do coco. Hoje, além de já possuir alguns núcleos organizados, como associações e cooperativas de quebradeiras de coco, o eixo babaçu conta com instituições de apoio, pequenas e médias indústrias e até mesmo agroindústrias próprias para síntese de alguns subprodutos do coco babaçu (DESER, 2007).

Com a disseminação dos conceitos sustentáveis a valoração dos produtos provenientes do extrativismo tem ganhado destaque. Não obstante, a utilização do babaçu na produção de produtos ecologicamente corretos pode ser fator primordial para a melhoria das condições mercadológicas da atividade extrativa babaçueira. Tal situação já é notada em algumas comunidades do estado do Tocantins, principalmente nos municípios de Araguatins e Augustinópolis, onde a utilização do babaçu para a produção de peças de artesanato, como colares e utensílios decorativos, produtos de limpeza, como o sabão-de-coco, e de beleza, como shampoos e sabonetes, tem permitido uma valoração significativa da cadeia, gerando maiores retornos financeiros às comunidades que se utilizam desta modalidade de utilização da palmeira.

Tais produtos tem sido bem aceitos nos mercados mais requintados, tendo inclusive valores estéticos, culturais e financeiro únicos, visto que são objetos com valor agregado elevado, além de possuir toda uma vida durante sua síntese. Também as notícias sobre a degradação do planeta podem ajudar na alteração dos padrões de consumo das pessoas. Este é um dos motivos que tem permitido maior destaque sobre os “produtos-verdes”, como os apresentados acima, no que tange o babaçu. Fator como este o poderio financeiro que estas comunidades podem ter caso toda a cadeia seja refeita e apoiada.

Como exemplo do valor que os produtos ecológicos possuem atualmente, cita-se um trecho do artigo “Sabonete das Quebradeiras de Coco Babaçu é Item de Consumo Consciente” (ISPN, 2008), publicado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza em seu site:

Um sabonete produzido com óleo natural extraído do coco babaçu está fazendo sucesso entre os clientes que querem consumir produtos de qualidade e que ainda ajudam a manter as comunidades tradicionais do Cerrado e transições para a Amazônia. Fabricado artesanalmente pela Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), no interior do Maranhão, o sabonete “Babaçu Livre” tem sua

matéria-prima extraída de uma palmeira que se tornou símbolo de luta pelo direito dos extrativistas à coleta do coco babaçu.

Relatos como este acima demonstram o potencial que os produtos verdes possuem, inclusive os do babaçu. Mas, a ineficiente atuação das instituições de pesquisa e governamentais fazem com que este recurso seja pouco aproveitado pelas populações tradicionais, estagnando a vida e a economia locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou destacar a importância social e econômica dos babaçuais como atributo para a manutenção cultural e a geração de renda para as comunidades tradicionais do interior do Estado do Maranhão.

A partir das considerações elaboradas percebeu-se o quanto intrínseca é a relação das populações tradicionais do interior do Estado do Maranhão com o babaçu. Contudo, esta relação, no decorrer de todo o período de utilização da palmeira, não trouxe significantes mudanças econômico-sociais para estas famílias, que continuam vivendo em tempos de atraso.

Conclui-se nesse sentido que os métodos de exploração da palmeira são insustentáveis e ineficientes diante de uma demanda cada vez mais crescente de produtos sustentáveis.

Além disso, a ineficiência de políticas públicas no que concerne a cadeia babaçu afeta o desenvolvimento social e econômico de muitas famílias, ainda que a participação de ONG'S, de iniciativas privadas e do poder público na cadeia produtiva do babaçu busque reverter as inúmeras dificuldades para a melhoria das condições de vida das famílias. Cabe ressaltar que, a partir de uma compreensão das questões mercadológicas que envolvem o produto, seria possível minimizar tais dificuldades mediante a expansão da renda nas comunidades produtoras.

Em suma, a utilização do babaçu na produção de outros subprodutos pode agregar valor e fortalecer a cadeia produtiva regional, contribuindo para a atenuação das desigualdades regionais historicamente verificadas em muitas regiões do Nordeste brasileiro.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; NETO, Joaquim S.; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia.** MIQCB: São Luís, Lithograf, 2005.

ALVES, E.R.A. Apresentação. In: EMBRAPA. **Babaçu: Programa Nacional de Pesquisa.** EMBRAPA, Departamento de Orientação e Apoio à Programação de Pesquisa, 1984.

CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu.** Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

COCO BABAÇU gera renda e transforma vidas no Tocantins. **Mulheres participam de projeto para criar artesanato diferenciados. Produtos já foram expostos em feiras nacionais e internacionais.** Disponível em <http://www.g1.globo.com>. Acesso em: 09 outubro 2013.

COPENAT – Companhia de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais & Instituto Estadual do Babaçu – INEB. **Mapeamento das ocorrências e prospecção do potencial atual do babaçu no Maranhão.** São Luís; INEB, 1981.

DESER – Departamento de Estudos Socio-Economicos Rurais. **A CADEIA PRODUTIVA DO BABAÇU – ESTUDO EXPLORATÓRIO.** Curitiba, 2007.

(Figura 1) BABAÇU: riqueza do nosso Brasil. Disponível em: <http://www.ecobabacu.blogspot.com.br> Acesso em 17 outubro 2013.

(Figura 2) BABAÇU pode ajudar na sustentabilidade como fonte de Biodiesel. Disponível em: <http://www.encantosdocerrado.com.br> Acesso em 13 setembro 2013.

(Figura 3) ÓLEO de coco babaçu para bronzeamento. Disponível em: <http://www.hotfrog.com.br> Acesso em 12 setembro 2013.

(Figura 4) SABONETE das quebradeira de coco babaçu é item de consumo consciente. Disponível em: <http://www.ispn.org.br> Acesso em: 15 setembro 2013.

(Figura 5) ARTIGO: Palmeira Solitária. Disponível em: <http://www.nogueirense.com.br> Acesso em: 20 setembro 2013.

(Figura 6) ARTESANATO. Disponível em: <http://www.blog-arretado.blogspot.com.br> Acesso em 24 setembro 2013.

(Figura 8) RESEX Ciriaco comemora 19 anos com torneio de quebra de coco babaçu. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br> Acesso em 12 agosto 2013.

GRUPO PENSA, **Reorganização do Agronegócio do Babaçu no Estado do Maranhão**. São Paulo: USP, 2000.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Promoção Nacional da Cadeia Produtiva de Valor do Coco Babaçu**. Brasília, 2009.

MDA - A cadeia produtiva do babaçu: estudo exploratório. Secretaria de Agricultura Familiar, Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais. Curitiba, 2007.

MENDES, MAURÍCIO FERREIRA. **Agricultura familiar Extrativista de Frutos do Cerrado na Região Sudoeste Mato-grossense – Brasil: produção e manejo ecológico**. – Tangará da Serra - MT / Maurício Ferreira Mendes. 73 f. 2013.

MIC/STI. **Mapeamento e Levantamento do Potencial de ocorrência de Babaçuais**. Estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás. Ministério da Indústria e do Comércio / Secretaria de Tecnologia Industrial: Brasília, 1982

NASCIMENTO, U. M.; VASCONCELOS, A. C. S.; AZEVEDO, E. B. **Otimização da produção de biodiesel a partir de coco babaçu com aquecimento por micro-ondas**. Núcleo de Biodiesel; Departamento de Química, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – UFMA. São Luis, 2009.

NETO, Joaquim S. **As quebradeiras de coco no meio norte**. Paper do NAEA-UFPA. Belém, 1999.

REVILLA, J.; **Apontamentos para a Cosmética Amazônica**. p. 157-158; 2002.

ROCHA NETO, P.D. da. **O mito do babaçu: a esfinge da indústria maranhense**. São Luís: Secretaria de Estado de Fomento à Indústria e Comércio (SINC), Estado do Maranhão, 1993.

SABONETE das quebradeira de coco babaçu é item de consumo consciente. Disponível em: <http://www.ispn.org.br>; acesso em: 15 setembro 2013.

SILVEIRA, Marcos C. B. **Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975)**. Porto Alegre: Editora Universitária/UFPEL, 2009.

SIMONI, J. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade. *In: Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (nº 42), Economia Solidária e Políticas Públicas, IPEA, Brasília, pp. 49-54 fev. 2010.

TEIXEIRA, M. A. **Heat and Power demands in babassu palm oil extraction industry in Brazil**. *Energy Conversion and Management* 46: 2068, 2005.

TEIXEIRA, M. A.; CARVALHO, M.G. **Regulatory mechanism for biomass renewable energy in Brazil, a case study of the Brazilian Babassu oil extraction industry**. *Energy*, 32: 999, 2007.

VALVERDE, Orlando. **Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte.**
In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XIX, n. 4, out./dez. 1957, p. 381-416.

ZYLBERSZTAJN, D. (Coord.). **Reorganização do agronegócio do babaçu no estado do Maranhão.** São Paulo: PENSA/FIA/USP. 2000. 119 p.